



Número: **0802436-02.2020.8.15.0131**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Mista de Cajazeiras**

Última distribuição : **23/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.825,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOCELIO DE SOUZA GOMES (AUTOR)		ERIKA DE FRANCA PERGENTINO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34662 269	23/09/2020 14:25	Petição Inicial	Petição Inicial
34662 273	23/09/2020 14:25	Petição	Outros Documentos
34662 274	23/09/2020 14:25	Documento de comprovação de requerimento administrativo	Documento de Comprovação
34662 276	23/09/2020 14:25	Documentos de Comprovação	Documento de Comprovação
34662 277	23/09/2020 14:25	Documentos de identificação	Documento de Identificação
34662 279	23/09/2020 14:25	Procuração	Procuração
34662 865	23/09/2020 14:29	GUIA DE CUSTAS	Outros Documentos
34662 868	23/09/2020 14:29	GuiaCustas	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
34691 355	25/09/2020 09:47	Despacho	Despacho
35062 437	02/10/2020 19:02	EMENDA A INICIAL	Petição
35949 498	28/10/2020 09:29	Despacho	Despacho

EM ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA
COMPETENTE POR DISTRIBUIÇÃO DA COMARCA DE CAJAZEIRAS/PARAÍBA**

JOCELIO DE SOUSA GOMES, brasileiro, solteiro, agricultor, titular de identidade RG nº 3456706 SSP-PB, devidamente inscrito no CPF sob o nº 090.832.214-31, residente e domiciliado no sítio Cachoeirinha, s/n, área Rural, Cajazeiras-PB, CEP: 58900-000 vem à presença de Vossa Excelência propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE
TRÂNSITO- DPVAT**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO
SEGUROS DPVAT S/A**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro – Rio de Janeiro / RJ CEP: 20.031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

I- DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, requer a Vossa Excelência que seja deferido o benefício de Gratuidade de Justiça, com fulcro na Lei nº 1.060/50, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.510/86, e do artigo 98 e seguintes do código de processo civil, por não ter a promovente condição de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do seu sustento e da sua família, conforme declaração acostada à presente inicial.

Também no que se refere há contratação de advogado particular há possibilidade de deferimento da justiça gratuita.

De acordo com a dicção do artigo 4.º da Lei 1.060/50, basta à afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do



processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, *in verbis*:

Art. 4º A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos da lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Ou seja, nos termos da lei, apresentado o pedido de gratuidade e acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que, a teor do artigo 5º do mesmo diploma analisado, o juiz deve prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 4º acima), excetuando-se o caso em que há elementos nos autos que comprovem a falta de verdade no pedido de gratuidade, caso em que o juiz deve indeferir o pedido.

Entender de outra forma seria impedir os mais humildes de ter acesso à Justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado Democrático de Direito, corolário do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição de 1988.

Veja-se que as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira através de advogados particulares.

Ora, como já afirmado, decorre da letra expressa do parágrafo 1º, do artigo 4º, da Lei 1.060/50, que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei. E no próprio texto do Código de processo Civil vigente em que pese advogado particular não interfere na gratuidade da justiça, podemos transcrever:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.



Sobre o tema, bastam os ensinamentos do Doutor Augusto Tavares Rosa Marcacini:

"Nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 1.060/50, milita presunção de veracidade da declaração de pobreza em favor do requerente da gratuidade. Desta forma, o ônus de provar a inexistência ou o desaparecimento da condição de pobreza é do impugnante." [1]

No mesmo sentido a jurisprudência do STJ:

"EMENTA: Assistência judiciária. Benefício postulado na inicial, que se fez acompanhar por declaração firmada pelo Autor. Inexigibilidade de outras providências. Não-revogação do art. 4º da Lei nº 1.060/50 pelo disposto no inciso LXXIV do art. 5º da constituição. Precedentes. Recurso conhecido e provido.

1. Em princípio, a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorário de advogado, é, na medida em que dotada de presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal." [2]

E no mesmo diapasão, também não merece prosperar impugnação que não se fundamenta em provas, como já decidiu o 2º. TACiv-SP:

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - Impugnação - Alegações sem maiores fundamentos - Presunção, não elidida, em favor do requerente". [3]

Em julgado relatado pelo Juiz Plínio Tadeu do Amaral Malheiros, secundado pelos Juizes Elliot Akel, e Ademir Benedito, decidiu o 1º TACiv-SP:

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – Pedido – Basta a simples alegação de que a parte não possui condições econômicas para o pagamento das custas processuais e honorários do advogado, sem prejuízo próprio de seu sustento ou de sua família, para que ela seja concedida – Aplicação do artigo 4º, da Lei 106/50 – Recurso provido." [4]

A constituição de advogado particular não veda a concessão da gratuidade de justiça, sendo forma de garantir ainda mais o direito do cidadão. Interpretar de forma contrária constituiria em clara vedação à garantia constitucional de gratuidade de justiça, erigida em nossa Carta Magna no artigo 5.º, inciso LXXIV. Essa é a interpretação de nossos Tribunais, pelo que nos bastamos por lembrar os seguintes arestos:

"ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – CONCESSÃO DO BENEFÍCIO A QUEM TEM ADVOGADO CONSTITUÍDO – POSSIBILIDADE – RESTRIÇÃO QUE IMPORTARIA EM VIOLAÇÃO AO ART. 5º, LXXIV, DA CCONSTITUIÇÃO



FEDERAL – AGRAVO PROVIDO.

Para a concessão dos benefícios da justiça gratuita basta que a parte afirme não estar em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família, não impedindo a outorga do favor legal o fato do interessado ter advogado constituído, tudo sob pena de violação ao art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e à Lei nº 1060/50, que não contemplam tal restrição.” [5]

“ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – JUSTIÇA GRATUITA – ADVOGADO INDICADO PELA PARTE – FATO QUE NÃO CONFIGURA MOTIVO LEGÍTIMO PARA ELIMINAÇÃO DO PRIVILÉGIO DA GRATUIDADE – NÃO CONCESSÃO, ADEMAIS, DO BENEFÍCIO AO PREENCHEADOR DAS CONDIÇÕES PARA OBTÊ-LO, TRADUZ NÍTIDA VIOLAÇÃO A DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO – INTELIGÊNCIA DO ART. 5º, LXXIV, DA CF.

O fato de o obreiro ter feito a escolha do advogado para representá-lo na causa não configura motivo legítimo para eliminar o privilégio da gratuidade. Ao necessitado a legislação assegura o direito de ser assistido em juízo, gratuitamente, por advogado de sua livre escolha, bastando que este aceite o cargo.

Ademais, a não concessão do benefício da assistência judiciária àquele que se mostra preenchedor das condições para obtê-la, traduz nítida violação a direito constitucionalmente assegurado (art. 5º, LXXIV, da Carta Magna), vale dizer, o benefício da justiça gratuita não pode ser objeto de restrição tal como aqui ocorreu.” [6]

Por tais razões pleiteiam-se os benefícios da gratuidade da justiça, assegurados pela Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC), artigo 98 e seguintes.

II- LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT – anteriormente conhecido como “Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT”.

Ademais, tem-se que a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:



“CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo.”

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

“§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES.”

Desta forma, é fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

III- DA COMPETÊNCIA

Na cobrança de indenização decorrente do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: do local do acidente, do seu domicílio ou do domicílio do réu, assim como prevê a súmula do STJ:

Súmula 540 – STJ: Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu.

IV- DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Em consonância com o art. 319, VII, Código de Processo Civil brasileiro, vem à parte autora manifestar expressamente a sua opção pela não realização de audiência de conciliação, visto a impossibilidade de acordo no presente caso. Caso seja designado perito para confecção de laudo conclusivo no ato, não há nenhuma oposição do autor.

V- DOS FATOS

O Promovente envolveu-se em acidente de trânsito no dia 22 de outubro de 2019, tendo solicitado o pedido de liberação do seguro DPVAT DE INVALIDEZ PERMANENTE de forma administrativa, sendo o seu número de sinistro 3200036651,



recebendo apenas o valor de R\$ 675,00 (seiscentos e setenta e cinco reais) na via administrativa.

O promovente envolveu-se em um acidente de moto quando passava pelo centro de Cajazeiras, quando nas proximidades do posto Santo Antônio, colidiu em um carro vindo a cair no chão. O condutor do carro não foi identificado. Após o acidente foi socorrido por populares e levado ao Hospital Regional de Cajazeiras sofrendo fratura na mão direita.

A vítima, hora promovente da demanda em decorrência do acidente, com base no relatório médico sofreu uma fratura fechada no 05º quirodáctilo da mão direita além de escoriações pelo corpo. A mão direita foi submetida à imobilização com o uso de tala gessada por um período de 08 (oito) dias, posteriormente o mesmo foi submetido a procedimento cirúrgico para tratamento da fratura com o procedimento devidamente explicado e em seguida foi feita uma segunda cirurgia também explicada no relatório médico, sendo submetido a tratamento conservador com uso de anti-flamatório, analgésico e repouso. Ainda foi submetido a 10 sessões de fisioterapia, recebendo alta definitiva em 30/01/2020, todo esse procedimento feito na mão direita.

Portanto, percebe-se que a lesão sofrida pelo promovente foi gravíssima, trazendo prejuízos para sua vida e as atividades diárias, tais como trabalhos e os afazeres do dia a dia. Sendo que o promovente tem direito a receber o valor correspondente aos danos sofridos, com a devida atualização monetária do valor indenizado da data do acidente até a data do respectivo pagamento, tendo que se socorrer do Poder Judiciário para ter se direito garantido.

VI- DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor que poderia ser recebido pelo Promovente em caso de invalidez permanente é de 100%, ou seja, R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) conforme determina a lei nº 6.194 de 1974.

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e



suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007);

Sendo que essa mesma lei prevê que a indenização seja paga de forma gradativa a repercussão da lesão em conformidade com artigo 3º §1º:

Art.3º

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Nesse caso é imprescindível que seja realizada Perícia Judicial, para adequar a invalidez do autor a tabela contida na Lei **N.º 6.194** de 1974, para que o pagamento seja feito de forma correta e justa, em conformidade com artigo 464 do CPC, sendo essencial a designação de um especialista para uma melhor avaliação.

Sendo entendimento do Tribunal de Justiça do Ceará a necessidade da Perícia conforme ementa abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO. QUITAÇÃO. INTERESSE DE AGIR



SUBSISTENTE. INVALIDEZ PERMANENTE. GRADAÇÃO. POSSIBILIDADE. PREVISÃO LEGAL DESDE 1992. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. PROVIMENTO PARCIAL. 1. A quitação do pagamento administrativo efetuado pela Seguradora não traduz renúncia, pelo beneficiário, da diferença entre o montante reputado devido e o recebido, subsistindo o interesse para ajuizar ação de cobrança de quantia complementar. 2. Em ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente, é indispensável restar comprovado o grau da lesão para definição da quantia devida, visto que o pagamento proporcional ao dano pessoal provocado pelo acidente de trânsito é possível desde 1992, ante a alteração da Lei nº 6.194/74 pela Lei nº 8.441, daquele ano. 3. Verificando o Tribunal de Justiça a necessidade de instrução processual para resolução da causa, é impossível o julgamento antecipado da apelação embasado na carência de prova, sob pena de cerceamento de defesa e violação ao princípio da boa fé objetiva. 4. Apelação conhecida e parcialmente provida unicamente para firmar a convicção de que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau de invalidez permanente, com subsequente cassação da sentença e determinação de envio dos fólios ao juízo singular para regular dilação probatória e prolação de novo decisório, prejudicados os demais pontos de insurreição. (TJCE, Ap. Cível. 2414-09.2010.8.06.0056, Rel. Des. FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, julgado 29/08/2011, Dje 06/09/2011)

Sendo assim, há valor a ser recebido pelo Promovente, diante da falta de pagamento por parte da seguradora.

VII- DO DIREITO A ATUALIZAÇÃO A PARTIR DO EVENTO DANOSO

Ocorre, que desde a alteração da lei 6.194/74, promovida pela MP 340 de 29/12/2006, convertida na Lei 11.482/07 (alterando o teto de 40 salários mínimos para R\$ 13.500,00), não foram introduzidos mecanismos de correção do teto indenizatório. Reduzindo a capacidade indenizatória.

A ausência da correção do teto indenizatório implica na desvalorização do valor indenizatório.

Diante do exposto considerando a natureza eminentemente social do seguro DPVAT, tem-se como uma necessidade a respectiva atualização. O equilíbrio deve ser restabelecido.

Essa atualização faz-se necessário, visto que a mesma não importa em acréscimo no valor originário, atuando tão somente como mecanismo de compensação dos efeitos da inflação, impedindo, assim, a desvalorização do valor real da moeda. O valor da indenização deve ser atualizado desde a data do acidente até a data do recebimento, conforme entendimento do **STJ em recurso repetitivo**.

Destarte, a correção monetária é simples manutenção do valor da moeda, em face da incidência do tempo, evitando, desta forma, a sua desvalorização. Com



isto não acarretara prejuízo ao segurado, bem como enriquecimento sem causa em favor da seguradora.

Neste sentido, cito a Decisão do STJ, julgada sob o rito de recurso repetitivo.

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO 'A QUO'. DATA DO EVENTO DANOSO. ART. 543-C DO CPC. 1. Polêmica em torno da forma de atualização monetária das indenizações previstas no art. 3º da Lei 6.194/74, com redação dada pela Medida Provisória n. 340/2006, convertida na Lei 11.482/07, em face da omissão legislativa acerca da incidência de correção monetária. 2. Controvérsia em torno da existência de omissão legislativa ou de silêncio eloquente da lei. 3. Manifestação expressa do STF, ao analisar a ausência de menção ao direito de correção monetária no art. 3º da Lei nº 6.194/74, com a redação da Lei nº 11.482/2007, no sentido da inexistência de inconstitucionalidade por omissão (ADI 4.350/DF). 4. Para os fins do art. 543-C do CPC: A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6194/74, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. 5. Aplicação da tese ao caso concreto para estabelecer como termo inicial da correção monetária a data do evento danoso. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(STJ - REsp: 1483620 SC 2014/0245497-6, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 27/05/2015, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 02/06/2015)

A correção é mecanismo de extrema importância e deve ser implementada. A ausência deste instrumento só beneficia a seguradora, e apesar de em alguns casos o valor ser pequeno, não deixa ainda assim de ser um direito do Beneficiário da Indenização.

VIII- PRESCRIÇÃO

Com o advento do Código Civil de 2002, o prazo prescricional para a propositura de ação com vistas à obtenção de indenização de seguro obrigatório DPVAT decorrente de acidente de trânsito é de três anos conforme enunciado da **súmula 405** do STJ.

Súmula **405**
A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos.

Portanto, a presente ação encontra-se apta em todas as formas previstas pela lei brasileira vigente.

IX- DAS PROVAS

O Promovente junta ao Processo:



- Declaração de pobreza e comprovante de residência baixa renda (afim de comprovar a pobreza-gratuidade da justiça);
- RG e CPF (documentos de identificação);
- Acompanhamento do processo pelo site da seguradora a fim de comprovar o prévio requerimento administrativo;
- Boletim de ocorrência;
- Ficha de atendimento;
- Relatório médico;
- Relatório e evolução de enfermagem;
- Atestado e receituário médico;
- Comprovante de conta Bancária.

IX- DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto requerer:

- a) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao autor, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e da sua família;
- b) A parte Promovente opta pela não realização de audiência de conciliação nos termos do artigo 319 inciso VII do NCPD;
- c) Requer que determine a citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- d) A procedência total da ação, condenando a ré ao pagamento da indenização no valor de R\$ 12.825,00 (doze mil, oitocentos e vinte cinco reais) com o valor atualizado monetariamente e com juros;
- e) A condenação da Ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência na ordem de 20% sobre o valor da condenação;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos, especificamente documental já anexado ao processo e pericial a ser designada pelo juízo e devidamente paga pelo Estado ou pela parte ré;



Dar-se a causa o valor de R\$ 12.825,00 (doze mil, oitocentos e vinte cinco reais).

Nestes termos,
pede deferimento.

Cajazeiras – PB,

22 de setembro de 2020.

ÉRIKA DE FRANÇA PERGENTINO

ADVOGADA

OAB PB 21.670

QUESITAÇÃO AOS PERITOS:

-Quais os ferimentos sofridos pela Autora quando da ocorrência do acidente automobilístico narrado nos autos?

-Da ofensa sofrida resultou perda, inutilização ou comprometimento de órgão, membro, sentido ou função?

-Desses ferimentos resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou incapacidade permanente para o trabalho na Autora?



SINISTRO 3200036651 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOCELIO DE SOUZA GOMES

COBERTURA Invalidéz

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO JG TORRESEG
CORRETORA DE SEGUROS LTDA

BENEFICIÁRIO JOCELIO DE SOUZA GOMES

CPF/CNPJ: 09083221431

Posição em 22-09-2020 10:08:28

Desculpe. No momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [Clique aqui](#) e registre uma solicitação para que possamos checar mais detalhes sobre seu caso. Em até 72 horas, entraremos em contato.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
01/04/2020	R\$ 675,00	R\$ 0,00	R\$ 675,00




DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

JOCELIO DE SOUZA GOMES, brasileiro, agricultor, solteiro, portador da identidade sob o N°3456706 SSP/PB, inscrito no CPF N° 090.832.214-31, residente e domiciliado no sítio cachoeirinha, N° s/n, área rural, cajazeiras-paraíba, CEP 58900-000, declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho como arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família.

Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (CPC), artigo 98 e seguintes.

Cajazeiras - PB, 17 de SETEMBRO de 2020.


Jocelio de Souza gomes
Declarante







BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº484/2019 - DPVAT

Natureza da ocorrência: **SINISTRO DE TRÂNSITO.**

Data do fato: 22/10/2019 Horário: 14h30min, aproximadamente.

Data de notícia do fato a Depol: 03/12/2019

SOB RESPONSABILIDADE DA DEL. POL. YVNA CORDEIRO LOPES DE SIQUEIRA.

DECLARANTE: JOCELIO DE SOUZA GOMES, natural de Cajazeiras/PB, nascido em 02/09/1992, com 27 anos de idade, solteiro, agricultor, CPF: 090.832.214-31, filho(a) de José Josivan Gomes e de Maria do Socorro de Souza Gomes, residente no Sítio Cachoeirinha, área rural de Cajazeiras/PB, telefone: 9100-7372.

VITIMA: o declarante.

HISTORICO DO FATO

O (a) notificante, depois de cientificado (a) das penalidades cominadas ao Art. 299 do CPB, declarou o **SEGUINTE:** o declarante, JOCELIO DE SOUZA GOMES, informa que na data e horário acima citados, guiava a motocicleta HONDA/CG 150 TITAN, ano/modelo 2006/2007, cor predominante preta, placa: HYU-1088/PB, chassi: 9C2KC08107R066218, matriculada em nome JÚLIO GOMES DE SOUZA JÚNIOR; QUE trafegava na Rua Camilo de Holanda, Centro de Cajazeiras/PB, quando nas proximidades do Posto Santo Antônio, colidiu num carro de condutor não identificado, caindo ao chão; QUE após o sinistro foi socorrido por populares e levado ao Hospital Regional de Cajazeiras/PB, sofrendo fratura na mão direita; QUE em virtude deste fato o declarante vem a esta delegacia registrar ocorrência e pedir certidão para fins de seguro DPVAT. Nada mais a consignar.

Cajazeiras-PB, 03 de dezembro de 2019.

Joelcio de Souza Gomes

Notificante

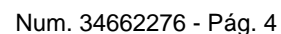
☐ Testemunha Arrogada

Assinatura do Policial responsável pelo registro
Joabson Lins dos Santos
Mat. 181.946-1

POLEGAR
DIREITO

Joabson L. dos Santos
Agente Polícia Civil
Mat. 181.946-1





Relatório Médico

Paciente **Jocélio de Souza Gomes**, 27 anos, vítima de acidente com moto (colisão moto x carro) no município de Cajazeiras- PB no dia 22/10/2019 com BO de número 484/2019.

Apresentava, em decorrência do acidente, fratura fechada no 05º quirodáctilo da mão direita e escoriações pelo o corpo.

Foi submetido a imobilização no 05º quirodáctilo da mão direita com uso de tala gessada por um período de 08 dias, posteriormente o mesmo foi submetido a procedimento cirúrgico para tratamento da fratura em osso do 05º quirodáctilo da mão direita com redução + fixação com colocação de 02 fios de Kirschner por um período de 30 dias, em seguida o mesmo submeteu-se a novo procedimento cirúrgico para a retirada dos 02 fios de Kirschner e tratamento conservador com uso de anti-inflamatório, analgésico e repouso. O mesmo relata que realizou 10 sessões de fisioterapia e recebeu alta definitiva em 20/01/2020.

Ao exame:

Observo presença de cicatrizes pelo o corpo.

05º Quirodáctilo da mão direita apresenta 02 cicatrizes com cerca de 02cm de diâmetro cada, localizado 01 na face medial e 01 na face lateral do mesmo (Cicatrizes de acesso cirúrgico), edema residual muito importante, dor a palpação, dor a mobilização passiva e ativa, bloqueio ativo dos movimentos de flexão e extensão, ausência de força muscular dos movimentos de flexão e extensão, parestesia e ausência da ADM do 05º quirodáctilo da mão direita para as AVDs.

Do exposto, concluo que há debilidade permanente e limitação em 50% da capacidade funcional do 05º quirodáctilo da mão direita.

Drª **Luiziane Lira N. Fontes**
CRM/PB-8445

LABCLIN - Cajazeiras - PB - Rua: Odilon Cavalcante, 78 - Centro-CEP: 58900-000
Fone: (83) 3531-4469



Cajazeiras, 04.06.2020

Dr^a Luiziane Lira N. Fontes

CRM/PB-8445

Luiziane Lira Nobre Fontes

CRM: 8445 - PB

LABCLIN - Cajazeiras - PB - Rua: Odilon Cavalcante, 78 - Centro-CEP: 58900-000
Fone: (83) 3531-4469



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS

ATESTADO MÉDICO

Atestado para o doente Sr. JOÃO DA SILVA, a quem se refere o processo nº 20092314241834000000033139626, em data de 23/09/2020, tendo sido portador de doença CID-10 E11.9 (Diabetes mellitus sem complicação).

Em decorrência, deverá permanecer afastado de suas atividades laborais por um período de 15 dias, a partir desta data.

Assinado em 23/09/2020

Dr. JOÃO DA SILVA
Médico
Assessoria Médica

AUTORIZAÇÃO

Assinado em 23/09/2020

Assessoria Médica

Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras

Receituário Médico

JOÃO DA SILVA
VIT. ORAL

15

DIABETES MELLITUS - E11.9
11 de Setembro de 2020

NOVALENA 019 - 014
11 de Setembro de 2020

Assinado em 23/09/2020





CADASTRADO NO SISTEMA NO DIA: 04/11/2019

AIH DO MÊS DE:


Nome do Paciente JOCELIO DE SOUZA GOMES							
Município de Moradia do Paciente CAJAZEIRAS - PB / 58900-000 / 250370							
Profissão NÃO INFORMADO							
AIH		Prontuário 1906208		Mês de Atend. OUTUBRO		Ano de Atend. 2019	
Idade 27 anos	Sexo M	RG <input type="checkbox"/>	CPF <input type="checkbox"/>	RN <input type="checkbox"/>	Cart Trab <input type="checkbox"/>	PIS/PASEP <input type="checkbox"/>	Cartão SUS <input checked="" type="checkbox"/>
						Nº do Documento 703403005122900	
LOGRADOURO SÍTIO				ENDEREÇO, NUM, BAIRRO CACHOEIRINHA			
Data da Internação 29/10/2019		Data da Alta 02/11/2019		Dia(s) de Permanência 4		Atendimento SUS <input checked="" type="checkbox"/>	
Condições de Alta MELHORA (12)							
Procedimento 0301060070 - DIAGNÓSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM CLÍNICA CIRÚRGICA							
CID R69 CAUSAS DESCONHECIDAS E NÃO ESPECIFICADAS DE MORBIDADE							
Médico Assistente - CRM - Matrícula JOSÉ LEITE LANDIM NETO - CRM 11767-PB - 3074510							
OBS							

sexta-feira, 29 de novembro de 2019



SUS Sistema Único da Saúde		Ministério da Saúde	
LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE 2 - CNES		3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE 4 - CNES	
HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS		2 6 1 3 4 7 8	
5 - NOME DO PACIENTE 6 - N° DO PRONTUÁRIO		7 - DATA DE NASCIMENTO 8 - SEXO	
9 - DATA NACIONAL DE SAÚDE (CNS) 10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL		11 - TELEFONE DE CONTATO 12 - CID 10 PRINCIPAL	
13 - ENDEREÇO (RUA, N° BAIRRO) 14 - CID 10 SECUNDÁRIO		15 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS 16 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
17 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA 18 - COG. IBGE MUNICÍPIO		19 - UF 20 - CEP	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
21 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <p style="font-size: 1.2em;">Paciente com dor abdominal</p>			
22 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <p style="font-size: 1.2em;">Classe Clínica</p>			
23 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <p style="font-size: 1.2em;">Exame físico + H</p>			
PROCEDIMENTO SOLICITADO			
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO		26 - CLÍNICA 27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	
28 - DOCUMENTO 29 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE		30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 31 - DATA DA SOLICITAÇÃO	
32 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO) 33 - N° DO BILHETE		34 - SÉRIE 35 - CNPJ DA SEGURADORA	
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNA (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
36 - CNPJ DA SEGURADORA 37 - CNPJ EMPRESA		38 - CNPJ DA EMPRESA 39 - CNPJ DA EMPRESA	
40 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA 41 - EMPREGADO 42 - EMPREGADOR 43 - AUTÔNOMO 44 - DESEMPREGADO 45 - APOSENTADO 46 - NÃO SEGURADO		47 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA 48 - CÓD. ORGÃO EMISSOR 49 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
50 - DOCUMENTO 51 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		52 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 53 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)	




Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras

INFORMAÇÃO

Informo para os devidos fins, perante o auditor que apresentei o documento
 RG: N.º 3456706 SSP / 20

Nome André de Sousa Gomes
 Cartão Nacional de Saúde (CNS) 710341013101015141212131010
 Data Nascimento 02 / 09 / 1992 Residente à (Rua, Av.) Santos
Cajazeiras N.º _____ Bairro Paraíso
 Cidade Cajazeiras UF PB Segurado ou Dependente _____
_____ Grau Parentesco Esposa
 no qual dou fe Cajazeiras, 29 / Outubro / 2016
_____ _____
 Função: Responsável Paciente Responsável

Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras

CLÍNICA CIRÚRGICA

Serviço do Dr. _____ Observação N° _____
Nome: Oséio de Souza Costa Filho de: João
Oséio Gomes e de Maria da Sereia de Souza Gomes
Residência: Sítio Cachoeirinha Idade: _____
Cor: branca Sexo: Masculino Estado Civil: Casado
Naturalidade: Cajazeiras Profissão: Engenheiro
Internado em 29 de Outubro de 2019

Anamnese: (Histórico da moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

Tumor no abdômen

Exame Objetivo: (Inspeção geral, exame de região afetada, exame dos diversos aparelhos)

Na inspeção do abdômen
observa-se uma

Exames Complementares: (Raio X, Laboratório)

Diagnóstico: Tumor no abdômen

Dr. José Landim Neto
MÉDICO
CRM - PB 11767



**Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras**

PRÉSCRIÇÃO MÉDICA

Nome: Isabel S. Garry Idade: Cor: Enfermaria: Leito: Categoria:

DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIO	RELATÓRIO
01/10/10	1) Pólv. bucal 2) C.S.V. 3) Dipirona sup. 6169 4) Solu. heparinizado	12h 30min	# Pólv. d. 1 ^o e 2 ^o d. 12h 30min
	Dr. Waldemar F. Figueiredo Otorrinolaringologista R. 134 - Centro - Salvador Cruz Vermelha		Dr. Waldemar F. Figueiredo Otorrinolaringologista R. 134 - Centro - Salvador Cruz Vermelha
	Atc. 10/11-1/2		





Estado da Paraíba
Hospital Regional de Cajazeiras

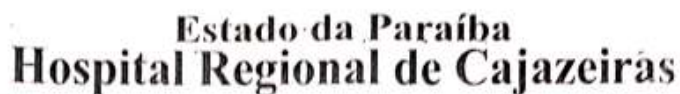
RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

Nome Joelão de Sousa Idade 117 Leito 04

Data	Hora	A n o t a ç õ e s	Temp.	Pulso	Respiração	Pres. Art
29/10/19	14:00	Paciente admitido	36	82	18	110x70
		note reto, presente de direção				
		orientado, estado reabilitado				
		segue em cuidados de sup. fund.				
	20:00	SSVV — " —	36,7	80	20	120x80
30/10/19	08:00	SSVV — " —	35,8	76	16	150x101
		Paciente, consciente, orientado verbaliz.				
		Segue aos cuidados da equipe.				
30/10/19	19:00	SSVV — " —	35,6	82	18	160x80
31-10-19	07:30	pac. consciente	36,4	80	18	110x80
		orientado, verbaliz.				
		deambula, aceto				
		alimentação, elimi-				
		nações, presentes e				
		normal segue aos				
		cuidados da equipe				Verdade 597190
31-10-19	20:00	SSVV — " —	36,7	88	97	120x80
01/11/19	07:00	Pac. labio consciente	36,1	80	20	100x80
		orientado verbalizando				
		deambulando ligeira-				
		mente eliminando pre-				
		sentes segue aos cuida-				
		dos da equipe — " —				

Carimbo: 0001 01 1011 2002





Nome: Isabel de Souza Gomes Ent.: 111 Loto: 04

DATA	HORA	
29.10.19		(Admitido para oto eivungio corrente, minto do, supino, acianético, apical normocárdico, normotenso, eliminação fisiológica H ₂ O normal (SIC), exequi aguardando procedimento de eivungio e as unidades da equipe. p.37016)
30/10/19	13:31	Paciente evolui no Pré-Operatório imediato para eivungio do membro superior direito, em FCB, consciente, orientado, verbalizando, deambulando, respirando em ambiente, oximétrico, anictérico, normocorado, agostada dieta, eliminação vesicais e intestinais presentes (SIC). Ao exame AC: Bulhas cardíacas com 2T Normofonética, Perfusão periférica preservada, AVP em MSE, murmúrios vesiculares monomais com expansibilidade torácica bilateral preservada. ABD: Abdomen flácido indolor à palpacia. PA: (110 x 70 mmHg) Resistente. R: (16/min) Normoscardicos. Sem queixas no momento segue aos cuidados da equipe. ACD de enf da Fsm Trileide Caroline de Souza E. Almeida
31/10/19		Paciente evolui corriqueiro, orientado, deambulando, supino, apical, normocárdico, normotenso, eliminação fisiológica H ₂ O normal (SIC), exequi aguardando procedimento de eivungio e as unidades da equipe. p.37016
01.11.19		Paciente evolui corrente, orientado, deambulando, supino, apical, normocórdico, normotenso, eliminação fisiológica H ₂ O normal (SIC), exequi aguardando procedimento de eivungio e as unidades da equipe. p.37016



HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS										ENFERMARIA	LEITO	1º PRONTUÁRIO	
FOLHA DE ANESTESIA		NOME								IDADE	SEXO	COF	
DATA	PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA	PESO	ALTURA							
PO SANGÜÍNEO	HEMACIAS	HEMOGLOBINA	HEMATÓCRITO	GLICEMIA	URÉIA	OUTROS							
URINA													
AP. RESPIRATÓRIO										ASMA		BRONquite	
AP. CIRCULATÓRIO										ELETROCARDIOGRAMA			
AP. DIGESTIVO										DENTES		PESCOPO	
ESTADO VENTIL										ATARAXICOS		CORTICÓIDES	
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO										ESTADO FÍSICO		RISCO	
ANESTESIAS ANTERIORES													
MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTESICA										APLICADAS ÀS		EFEITO	
AGENTE ANESTÉSICO	02											INDUÇÃO	
												Satisf. Escal. Tm.	
LÍQUIDO												Líquido Esperto: Lenta	
												Náuseas: Vômitos:	
CÓDIGO												Outros:	
												ANESTESIA SATISF. Sim Não	
SÍMBOLO E ANOTAÇÕES												Não Por Que	
												DESPERTAR	
ANOTAÇÕES												Reflexos na SO	
												Obs: CO Escal:	
AGENTES												Náuseas: Vômitos:	
												Outros:	
TÉCNICA												Com CÂNULA	
												Para o Lente: Sim Não	
OPERAÇÃO												CONDIÇÕES:	
COMPLICAÇÕES													
ANESTESISTAS													
OBSERVAÇÕES													
ANOTAR NO VERSO AS COMPLICAÇÕES PRÉ-OPERATÓRIAS, OPERATÓRIAS E PÓS-OPERATÓRIAS										PERDAS SANGÜÍNEAS			



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, **JOCELIO DE SOUZA GOMES**, brasileiro, agricultor, portador da identidade sob o nº 3456706 SSP/PB, inscrito no CPF nº 090.832.214-31, **DECLARO** para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei (art. 2º da Lei 7.115/83), que sou residente e domiciliado no sítio cachoeirinha, nº s/n, área rural de Cajazeiras/PB CEP 58900-000, conforme cópia de comprovante em anexo e que sou filho da senhora **maria do socorro de Souza gomes**, como consta no documento de habilitação em anexo.


Declaro ainda, estar ciente de que declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, *in verbis*:

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

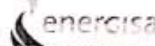
Cajazeiras-PB

17/09/2020



Jocelio de Souza gomes
Declarante





LIQUID MONOPHASE
Catalyst: 40.5 mg (0.1 mmol) of 10
Solvent: 2.0 mL of CH₂Cl₂
Reaction time: 24 h
Yield: 90%

[illegible]

Article 14 of the Treaty on the Functioning of the European Union (TFEU) states:

Atendimento ao Cliente-ENERGISA 0800 083 0196. Acesse: www.energisca.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da prox. entrega	CPF/CNPJ/RANI
Out/2019	07/10/2019	05/11/2019	040.168.874-77

Canal de drenaje

• **Tarefa Social de Energia Elétrica:** "O Sol e a Luz da Vida"
 1º e 2º Ano de 28 de abril de 2020
 Conhecendo o Sistema Solar: O Sol é a estrela mais próxima da Terra e a maior estrela do nosso sistema solar. Ele fornece a luz e o calor necessários para a vida na Terra. A energia solar é uma fonte renovável de energia que pode ser usada para gerar eletricidade e aquecer casas e edifícios. A energia solar também pode ser usada para aquecer a água e para alimentar dispositivos eletrônicos. A energia solar é uma das melhores maneiras de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e de proteger o meio ambiente. A energia solar também é uma das maneiras mais seguras e mais baratas de gerar energia. A energia solar é uma das melhores maneiras de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e de proteger o meio ambiente. A energia solar também é uma das maneiras mais seguras e mais baratas de gerar energia.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
150917	150918	150919	150920	150921
Demonstrativo				
001	002	003	004	005
Descrição				
Descrição		Totais	Valor Baseado em	Valor Baseado em
			Preço de Custo	Preço de Venda
0001	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0002	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0003	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0004	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0005	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0006	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0007	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0008	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0009	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0010	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0011	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0012	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0013	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0014	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0015	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0016	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0017	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0018	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0019	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0020	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0021	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0022	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0023	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0024	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0025	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0026	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0027	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0028	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0029	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0030	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0031	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0032	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0033	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0034	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0035	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0036	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0037	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0038	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0039	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0040	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0041	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0042	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0043	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0044	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0045	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0046	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0047	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0048	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0049	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0050	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0051	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0052	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0053	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0054	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0055	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0056	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0057	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0058	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0059	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0060	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0061	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0062	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0063	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0064	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0065	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0066	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0067	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0068	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0069	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0070	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0071	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0072	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0073	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0074	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0075	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0076	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0077	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0078	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0079	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0080	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0081	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0082	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0083	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0084	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0085	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0086	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0087	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0088	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0089	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0090	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0091	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0092	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0093	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0094	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0095	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0096	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0097	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0098	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0099	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0100	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0101	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0102	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0103	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0104	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0105	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0106	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0107	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0108	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0109	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0110	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0111	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0112	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0113	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0114	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0115	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0116	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0117	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0118	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0119	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0120	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0121	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0122	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0123	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0124	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0125	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0126	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0127	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0128	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0129	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0130	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0131	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0132	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0133	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0134	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0135	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0136	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0137	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0138	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0139	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0140	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0141	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0142	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0143	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0144	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0145	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0146	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0147	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0148	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0149	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0150	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0151	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0152	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0153	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0154	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0155	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0156	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0157	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0158	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0159	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0160	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0161	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0162	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0163	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0164	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0165	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0166	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0167	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0168	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0169	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0170	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0171	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0172	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0173	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0174	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0175	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0176	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0177	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0178	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0179	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0180	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0181	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0182	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0183	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0184	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0185	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0186	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0187	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0188	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0189	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0190	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0191	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0192	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0193	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0194	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0195	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0196	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0197	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0198	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0199	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0200	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0201	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0202	Consumos Gerais	9.100,00	9.100,00	9.100,00
0203	Consumos Gerais			

CCI Coogel de Carsthoec a 20 ren	700%	28 m	0,00	0,00	32,50	0,27	1,28
Tarif d'Inclus	0,001712	0,001712					

14/10/2019 R\$ 26,71

54	72	32	41	66	61	31	27	26	70	78	47
Days	North	Cells	Jan 16	Free	North	North	North	Jan 16	Jan 16	Jan 16	Jan 16

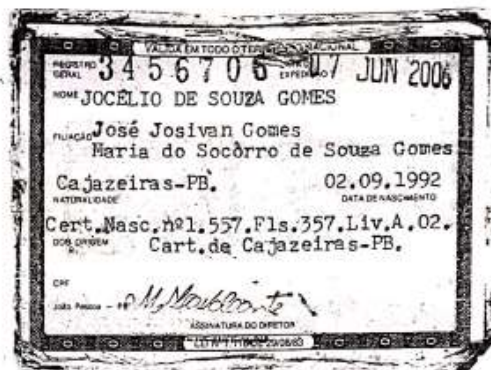
9d1a 126a 063d 0928 0855 90a7 c7b1 55ac

[illegible]

Set19 13.61

Set/19 13.61





PROCURAÇÃO

Outorgante:

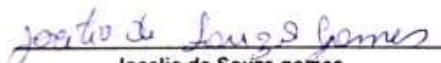
JOCELIO DE SOUZA GOMES, brasileiro, agricultor, solteiro, portador da identidade sob o nº 3456706 SSP/PB, inscrito no CPF nº 090.832.214-31, residente e domiciliado No sítio cachoeirinha, nº s/n, área rural de cajazeiras /PB, CEP 58900-000.

Outorgada:

ÉRIKA DE FRANÇA PERGENTINO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional da Paraíba – OAB/PB sob o nº 21.670, com escritório na Rua Padre Ibiapina, nº 70, Centro, Cajazeiras-PB, CEP 58900-000, e-mail: adverikafranca@gmail.com

Poderes: Nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, os contidos na cláusula "ad judicium et extra", para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses da outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, reconhecer procedência de pedido, renunciar a direito no qual se funda ação agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.


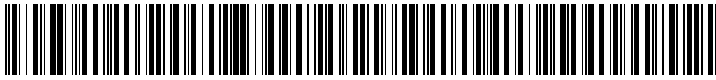
Cajazeiras-PB, 17 de setembro de 2020.



Jocelio de Souza gomes
Outorgante



GUIA DE CUSTAS EM ANEXO



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 013.4.20.01410/01
			Data de emissão: 23/09/2020
Nº do Processo: 0802436-02.2020.815.0131	Comarca: Cajazeiras	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 013.2020.601410	Tipo da Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 192,38 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente ERIKA DE FRANCA PERGENTINO; JOCELIO DE Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Valor da causa: R\$ 12.825,00	
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.		Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6	
		Parcela: 1/1	
		Valor total: R\$ 1.229,33	
		Desconto total: R\$ 0,00	
866800000121 293309283183 520200930011 342001410014 			Valor final: R\$ 1.229,33

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 013.4.20.01410/01
			Data de emissão: 23/09/2020
Nº do Processo: 0802436-02.2020.815.0131	Comarca: Cajazeiras	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 013.2020.601410	Tipo de Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
Promovente ERIKA DE FRANCA PERGENTINO; JOCELIO DE SOUZA GOMES; Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.; Valor da causa: R\$ 12.825,00		Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6	
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 192,38 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Parcela: 1/1	
		Valor total: R\$ 1.229,33	
		Desconto total: R\$ 0,00	
		Valor final: R\$ 1.229,33	

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 013.4.20.01410/01
			Data de emissão: 23/09/2020
Nº do Processo: 0802436-02.2020.815.0131	Comarca: Cajazeiras	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 30/09/2020
Número da 013.2020.601410	Tipo de Custas Iniciais	UFR vigente: R\$ 51,78	
Detalhamento - Custas Processuais: R\$ 1.035,60 - Taxa Judiciária: R\$ 192,38 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente ERIKA DE FRANCA PERGENTINO; JOCELIO DE Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO Valor da causa: R\$ 12.825,00	
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.		Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6	
		Parcela: 1/1	
		Valor total: R\$ 1.229,33	
		Desconto total: R\$ 0,00	
866800000121 293309283183 520200930011 342001410014 			Valor final: R\$ 1.229,33



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE CAJAZEIRAS

Juízo do(a) 4ª Vara Mista de Cajazeiras

Rua Comandante Vital Rolim, S/N, Centro, CAJAZEIRAS - PB - CEP: 58046-710

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

DESPACHO

Nº do Processo: 0802436-02.2020.8.15.0131

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOCELIO DE SOUZA GOMES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.



Assinado eletronicamente por: MAYUCE SANTOS MACEDO - 25/09/2020 09:47:15

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092509471557900000033164868>

Número do documento: 20092509471557900000033164868

Vistos, etc.

O autor pretende o recebimento de 100% do valor destinado a invalidez permanente, alegando ter recebido apenas o valor de R\$ 675,00 pela via administrativa, no entanto, em sua narrativa não narrou nenhum dano corporal que se enquadre no Anexo da Lei nº 6.194/74. Os documentos médicos também não narram qualquer lesão que justifique o pedido em 100%.

Assim observado, é de se ver que há uma notória incongruência entre o pedido (indenização em 100%) e a causa de pedir (invalidez permanente), sendo essencial emendar a inicial, na forma do art. 321 do Código de Processo Civil. A não adequação da causa de pedir ou do pedido, importará o indeferimento da inicial.

Diante de todo o exposto, na forma do art. 321 do Código de Processo Civil, **intime-se** a parte autora para, no prazo de **15 dias**, emende a inicial a fim de conferir adequação entre causa de pedir e pedido, de modo que narre a lesão sofrida pelo autor que se enquadre na tabela da Lei nº 6.194/74 como merecedor de 100% de indenização, sob pena de **indeferimento da inicial e extinção do processo sem julgamento de mérito**.

Cumpra-se.

Cajazeiras/PB, data do protocolo eletrônico.

MAYUCE SANTOS MACEDO

Juíza de Direito



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 4ª VARA DA
COMARCA DE CAJAZEIRAS/PARAÍBA**

Processo número: 0802436-02.2020.8.15.0131

JOCELIO DE SOUSA GOMES, devidamente qualificado nos autos do processo, por sua advogada que está subscreve, vem respeitosamente atender o despacho do ID nº 34691355 e **EMENDAR A INICIAL**.

Ocorre que a vítima ora promovente da ação sofre sérias consequências em decorrência do acidente do qual trouxeram limitações para suas atividades diárias, mas que é difícil mensurar de início e requer que seja marcada uma perícia devidamente paga pela seguradora líder a fim de que se chegue a um percentual da invalidez ao caso concreto e possa ser fixado o valor da indenização de acordo com a tabela prevista.

Portanto, requer que o processo siga o curso normal e que seja marcada a perícia para que o médico perito afirme de forma exata e correta o grau de invalidez e assim possa afirmar o direito do autor.

Nestes termos,

pede deferimento.

Cajazeiras – PB,

02 de outubro de 2020.

ÉRIKA DE FRANÇA PERGENTINO

ADVOGADA

OAB PB 21.670





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE CAJAZEIRAS

4ª VARA

Processo nº 0802436-02.2020.8.15.0131

Parte Autora: JOCELIO DE SOUZA GOMES

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Despacho

Vistos etc.

Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e ss., CPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, CPC).

Observando-se que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, mas considerando que a designação exclusiva de audiência de conciliação atenta-se desnecessária e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (artigo 5º, LXXVII, CF), deixo de designar audiência de conciliação.

Sendo assim, **cite-se** a parte acionada para, querendo, apresentar contestação, no prazo legal, com as advertências do artigo 344 do CPC. Deve ficar consignado que deve a parte promovida se manifestar especificamente acerca dos cálculos e apresentar planilha detalhada.

Em havendo arguição de prejudiciais de mérito/preliminares (art. 337, CPC) ou de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350 do CPC), por ocasião da contestação, **intime-se** a parte autora, independentemente de conclusão, para, querendo, se manifestar no prazo de **15 (quinze) dias**.

Somente após a réplica, voltem-me conclusos.



Cajazeiras, 27 de outubro de 2020.

MAYUCE SANTOS MACEDO

Juíza de Direito

